

O PLANO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DE MATO GROSSO DO SUL - PDIF/MS E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA

MATO GROSSO DO SUL BORDER DEVELOPMENT AND INTEGRATION PLAN - PDIF/MS AND ECONOMIC DEVELOPMENT: A GEOGRAPHICAL ANALYSIS

André Knöner Monteiro Cabral¹

Cláudia Heloiza Conte²

RESUMO

Mato Grosso do Sul é um dos dez estados brasileiros que compõem a dinâmica fronteira com demais países da América do Sul. Sua fronteira com Paraguai e Bolívia conta com mais de mil quilômetros e neste espaço ocorrem constantes fluxos de pessoas, de mercadorias, de capitais, etc. No sentido de propor um desenvolvimento econômico sustentável, o estado elaborou o Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira de Mato Grosso do Sul – PDIF/MS. Diante disso, o objetivo deste trabalho é analisar o desenvolvimento econômico da faixa de fronteira do estado a partir deste documento. A metodologia utilizada foi baseada em revisão da literatura e análise do PDIF/MS. Verificou-se que o mesmo conta com estruturação consistente, tendo em vista tratar de eixos relevantes em termos da economia de Mato Grosso do Sul. Apesar disso, é fundamental a atualização deste estudo, tendo em vista que sua elaboração foi realizada há mais de uma década.

¹ Possui Licenciatura em Geografia pela Universidade Católica Dom Bosco. Graduando em Geografia- Bacharelado, em Geografia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

² Professora adjunta dos cursos de licenciatura e bacharelado e do Programa de Pós -Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS. Pós - Doutora em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Doutora em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá. Especialista em Geografia Econômica pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Licenciada em Geografia pela Cesumar e Bacharel em Turismo pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Integrante do Grupo de Pesquisa Dinâmica Econômica e Formação Socioespacial (Unioeste), do Grupo de Pesquisa Tecnologia, Território e Redes (GTTER-UEMS) e do do Grupo de Pesquisa Fronteira, Turismo e Território (Gefrontter-UEMS)

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento econômico; Fronteira; Faixa de Fronteira; Mato Grosso do Sul.

ABSTRACT

Mato Grosso do Sul is one of the ten Brazilian states that share a border dynamic with other South American countries. Its border with Paraguay and Bolivia is over a thousand kilometers long and there is a constant flow of people, goods, capital, etc. in this area. In order to propose sustainable economic development, the state developed the Mato Grosso do Sul Border Development and Integration Plan – PDIF/MS. In view of this, the objective of this study is analyze the economic development of the state's border area based on this document. The methodology used was based on a literature review and analysis of PDIF/MS. It was found that it has a consistent structure, considering that it addresses relevant axes in terms of the economy of Mato Grosso do Sul. Despite this, it is essential to update this study, considering that it was prepared over a decade ago.

Keywords: Economic development; Border; Border Area; Mato Grosso do Sul.

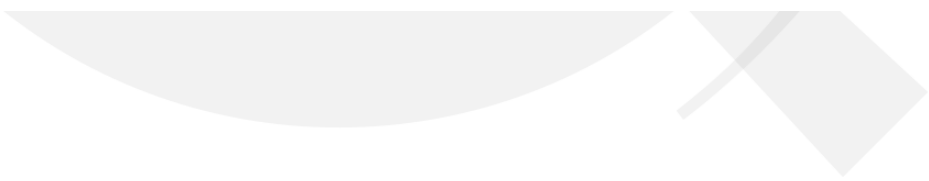
INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como analisar o desenvolvimento econômico da faixa de fronteira de Mato Grosso do Sul a partir das propostas e ações do Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Mato Grosso do Sul – PDIF/MS. Algumas questões foram importantes para as reflexões e encaminhamento desta pesquisa: A fronteira do estado de Mato Grosso do Sul pôde desempenhar um papel ativo na qualidade de vida de sua sociedade? É possível uma fronteira caracterizada pela cidadania e desenvolvimento? Como o Estado tem atuado em seus projetos, programas e planejamentos fronteiriços?

Para elucidar essas questões, é essencial registrar o reforço conceitual e a importância da fronteira idealizada pelo e para o estado de Mato Grosso do Sul através do Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira – MS, PDIF/MS. Suas especificidades geográficas incluem diversos conceitos amplamente debatidos nas centralidades políticas e acadêmicas, como por exemplo as cidades - gêmeas, as legalidades e ilegalidades, as tipologias e muitas outras que discorrem sobre a fronteira, todas fundamentais para as estratégias de desenvolvimento dos territórios.

Em 2005, Ciro Ferreira Gomes, na época Ministro da Integração Nacional, em seu prelúdio de apresentação da Proposta de Reestruturação do Programa Faixa de Fronteira, afirmava que o estado brasileiro vinha, apesar das dificuldades, produzindo um olhar diferente sobre suas fronteiras, do qual credita a professora Lia Osorio Machado e a inteligência do país, a liderança para a produção dessa amálgama de informações, estudos e dados referentes as fronteiras nacionais.

Os estudos já produzidos no Brasil buscam confrontar o entendimento da fronteira como concepção de um “espaço problema” para o país, com outras observações e constatações da região fronteiriça, como a integração, solidariedade, força econômica e a rica diversidade cultural.



Para tanto, o processo de desenvolvimento econômico e social em grande parte da região de fronteira do país ainda se forma, enquanto que os seus valores históricos e culturais já se encontram em estágio importante de formação identitária e solidária. O ente Federado Sul - matogrossense é um dos dez estados brasileiros que fazem parte da dinâmica fronteiriça com a América do Sul, compartilhando e integrando territórios por limites que desenharam mais de 15 mil quilômetros. No caso de Mato Grosso do Sul, seu limite é percorrido por mais de mil quilômetros, frente ao Paraguai e a Bolívia.

Durante a formação espacial brasileira, regiões do interior ficaram de fora das incursões de desenvolvimento do estado brasileiro, deixando para a história mais recente os capítulos com certo nível de desenvolvimento econômico e social. No Mato Grosso do Sul, a formação territorial da fronteira trouxe para o estado impensáveis estratégias políticas, além dos conceitos de amplo debate, como as cidades gêmeas, paços fronteiriços, políticas públicas integradas e planejamento territorial integrado. No entanto, devido a complexidade do tema abordado, a escala de estudo se esforçará em analisar apenas o campo de desenvolvimento econômico, eixos em destaque apresentado pelo PDIF/MS.

Neste sentido, o trabalho está dividido em duas partes. Inicialmente será realizada uma breve discussão sobre o conceito de fronteira, sua história e características. Posteriormente, buscará compreender o caminho para o desenvolvimento econômico da faixa de fronteira de Mato Grosso do Sul através do PDIF.

O conceito de Fronteira: história e características

O conceito em tela traz para o debate geopolítico dos dias atuais elos de fundamental significância para a leitura das fronteiras, tais como se apresentam no presente e às suas realidades socioeconômicas e territoriais. Ferrari (2014), discorre sobre as diferentes transformações que a origem do termo fronteira sofreu ao longo dos tempos. Seu entendimento apresenta exemplos de impérios e grandes civilizações, como a dos romanos e dos chineses, que marcaram a história das fronteiras territoriais e tiveram grande influência na configuração geopolítica do mundo.

Através de uma visão histórica da origem da palavra fronteira, Ferrari (2014), aponta para os povos mediterrâneos, chineses, europeus e latinos como sendo a fonte prática que originaria o termo fronteira. “É o caso do Império Chinês e do Império Romano, que circunscreveram seus domínios territoriais por limites sólidos, mas com tendência de expansão” (Ferrari, 2014, p.6).

A China foi capaz de construir, pelo marco geográfico de suas muralhas milenares, uma das maiores fronteiras já existentes. O Império Romano por sua vez, teve a força de expansão e domínio como estratégia, dando características fronteiriças

em sua vastidão de conquistas territoriais e influência em outras regiões do mundo. O ambiente temporal do qual se constrói o conceito de fronteira, revela-se em períodos da humanidade onde não existia a concepção da propriedade junto aos valores universais do comportamento capitalista.

Mesmo que a história das fronteiras transcorra sobre inúmeros capítulos belicosos, as características predominantes nas noções de fronteira no passado eram outras. Elas faziam parte da holística espiritual e ritualística da diversidade humana, onde os continentes já apontavam as testemunhas humanas e territoriais no entendimento fronteiriço.

Embora não houvesse uma apropriação territorial particular, e sim coletiva, cada grupo ou tribo procurava defender sua apropriação contra possíveis invasores, mesmo que temporariamente. Sua forma de expressar a territorialidade estava ligada à crença de cada grupo tribal. Deste modo, fronteira se funda com uma noção sagrada, isto é, era vista segundo as crenças de cada grupo ou expressa pela religiosidade (Ferrari, 2014, p. 5).

Sendo a religião observante dos valores fronteiriços, como um dos primeiros entendimentos da compreensão, ainda que milenar, nos dias de hoje é explícito a barbárie sobre os territórios historicamente afligidos pelas quebras e furos fronteiriços.

As reflexões conceituais de fronteira possuem um caráter histórico de fundamental importância para seu entendimento. É justo então, compreender os períodos históricos adotados para as análises através do tempo, sendo eles: Pré-história, Antiguidade, Idade Média e Modernidade. Ferrari (2014, p.04) justifica:

[...] é a partir da Europa que a ideia de propriedade privada se difunde, ou na “evolução das formas de propriedade”, a qual implica o aparecimento de fronteiras. Deste modo, partimos de um estudo geográfico da noção de fronteira na pré-história, antiguidade e período medieval, para depois examiná-la no debate contemporâneo.

Esses períodos transcorrem em uma época que a técnica e as difusas da existência civilizatória estavam inclinadas ao respeito do celestial, do sagrado, do metafísico, do divino, pois os limites respeitados eram os naturais, como rios e montanhas, não existia o direito internacional ou a discussão filosófica do direito aos povos e sua soberania. A natureza em sua forma eram os marcos fronteiriços de maior relevância para a época.

[...] fronteira e limite territorial existia tanto dentro das populações americanas e asiáticas, quanto dentro das africanas e oceanianas, onde o alicerce era constituído por cursos d’água ou marcas dentro da

paisagem, sobre árvores, por exemplo. Em tais sociedades, cada grupo percorria determinado território, delimitado por fronteiras místicas ou sagradas, rigorosamente respeitadas (Ferrari, 2014, p.4).

Outros autores reforçam o entendimento entre fronteira e a religiosidade, pois é do sagrado e do profano que as criações e invenções humanas se materializam ao que é visível para humanidade. As fronteiras possuem em sua história essa característica da transformação e da mudança. Como parte da reflexão, Oliveira (2005), acrescenta que,

[...] mais do que um fato geográfico e um fato social, a fronteira é um fato biológico incrustado no hipotálamo. Espaço-temporal, a fronteira é também biossocial: ela delimita um “para cá” e outro “para lá”, um “antes” e um “depois”, com um limite marcado e uma área de segurança (Oliveira, 2005, p 12).

Machado (2005), destaca importantes elementos para a compreensão de fronteira, sendo os fatos de ocupação e movimento de pessoas para as regiões de interesse dos povos da época, um dos vários fatos que contribuíram para a formação conceitual de fronteira. Entre os fatos históricos, duas percepções são descritas por Machado (2005, p.06):

Um refere à expansão de povos ou sistemas sobre território adjacente, compreendendo, inicialmente, operações de guerra e controle militar; o outro é a consolidação do processo de apropriação desses territórios através da colonização das terras conquistadas [...].

Por conseguinte, a autora citada contempla que as afirmações fronteiriças se constroem pela presença dos Estados nacionais e limites internacionais, apontando processos filosóficos do direito internacional, mencionando autores como Maquiavel, Thomas Hobbes, John Locke e Rousseau, que discorrem sobre as diferenciações conceituais entre limite e fronteira, mas também contemplam o entendimento de nação, soberania e identidade. Aprimorando a compreensão, Machado (1989, p.5) argumenta:

Primeiro, no sistema interestatal os limites internacionais definem o perímetro máximo do controle efetivo exercido por governos centrais. Segundo os limites constituem um fator de separação entre unidades territoriais. Terceiro, os limites do estado moderno têm caráter legal, fundamentado no conceito de soberania. Quarto, a legitimidade desses limites é dada pelas leis internacionais, mas principalmente pelos integrantes do estado, em nome de certos valores, lealdades e identidades. Quinto, o limite territorial embora seja um conceito mais antigo que o sistema capitalista passou a representar com a expansão

deste não só o papel de regulador, mas de produtor de redes de intercâmbio de todo tipo.

Cataia (2008), explora as tipologias das fronteiras segundo diversos pensadores ao longo da história, apresentando tabelas e métodos tipológicos das fronteiras, suas diferenciações e características, além de questionar a hegemonia dos Estados nacionais na elaboração dos projetos de fronteira.

Até então se dizia – com base em Ratzel, Kjellen, Ancel, Weuller, Gottmann, Backheuser, Haushofer – que uma fronteira é uma fronteira nacional, que opõe dois campos nacionais de forças. Isnard (idem) afirma que uma fronteira é a cristalização dos limites da organização de distintos projetos políticos. Os projetos políticos hegemônicos não são hegemônicos na totalidade de um território nacional, há oposições, por isso são construídas fronteiras internas. As fragmentações se dão dessa maneira. Portanto, existem fronteiras internas a partir de projetos que são distintos. Os movimentos separatistas baseiam-se nessa construção territorial, mas não têm o monopólio das fraturas, pois os regionalismos e localismos também compartilham rupturas territoriais. Esse é um movimento histórico, por isso as fronteiras são históricas e não naturais. Para Isnard (idem) os projetos não necessariamente passam pela hegemonia do Estado – a velha fórmula geopolítica que iguala Estado a Poder é questionada –, pois existem projetos que não são os projetos hegemônicos do Estado, mas que acabam por organizar territórios. Haveria projetos não-estatais, ou seja, outras formas de projetos que elaboram fronteiras, mas que não têm o Estado como ator principal (Cataia, 2008, p.18).

Oliveira (2005), por sua vez, descreve com profundidade esse entendimento conceitual, outrossim relaciona-se às tipologias de fronteira e sua caracterização territorial, “A fronteira não é uma só. Para entendê-las devemos depreender as especificidades de seus fluxos e suas conexões íntimas com o território” (Oliveira, 2005, p. 382).

Revela-se que a fronteira possui características específicas, a depender da escala, localização e a história ali vivida. A superfície do território atingindo, influenciada por inúmeras forças históricas, provoca os encontros das categorias e conceitos mais importantes da geografia; as paisagens, as regiões, os lugares, o espaço e o território.

Durante os processos temporais da história, a evolução da fronteira passou por diversas compreensões, desvelando um panorama complexo e geograficamente diverso. Há inúmeras aplicações para o termo “fronteira”. Ferrari (2014) discorre sobre a utilização do termo que contempla desde aspectos físicos/materiais até metafóricos, referindo-se aos muitos sentidos de fronteira empregados nos dias atuais.

[...] fronteira social, fronteira moral, fronteira epistemológica, fronteira militar, fronteira entre consciente e inconsciente, fronteira linguística, fronteira entre o bem e o mal etc. De maneira geral, o uso do termo parece sugerir duas realidades opostas, qualquer que seja a natureza dessas realidades (Ferrari, 2014, p.2).

Percebe-se que a fronteira, enquanto significado, pode ser utilizada em situações e ocasiões que estão no cotidiano, como por exemplo as explicações e conceituações de um limite de liberdade, para melhor aplicação das leis que organizam a sociedade e seu comportamento, até processos históricos que podem durar décadas, como a demarcação de territórios indígenas ou a elaboração de limites territoriais de um país em germen, que vivenciam realidades do cotidiano diferentes nas mais diversas e elaboradas organizações territoriais.

Ao ocupar um espaço na cronologia das civilizações, tem-se os povos primitivos que construíam “marcos geográficos” para representarem, mesmo com frequentes alterações, os limites ou regiões de influência nos espaços geográficos territoriais. O termo “fronteira”, segundo o olhar histórico, datam um espaço no tempo medieval, de origem latina. “A origem do termo fronteira, como seus correspondentes na língua espanhola (*frontera*), na francesa (*frontière*) e na inglesa (*frontier*) derivam do antigo latim para indicar parte do território situada em frente” (Ferrari, 2014, p.3).

Mesmo não existindo a noção de particular e público nos primórdios da civilização, encontramos melhor interpretação na história ao sublimar o conceito de cronologia no entendimento temporal. “Para tanto, buscamos em Martin (1997) a ideia de que o estudo das fronteiras, no tempo, torna-se mais fácil tomando-se por base a divisão geralmente aceita entre Pré-história, Antiguidade, Idade Média e Modernidade” (Ferrari, 2014, p.4.)

Lia Osório Machado, desperta para o entender amplo da fronteira quando enfatiza as centelhas conceituais do pertencimento, do ser ou fazer parte, estar associado ou envolvido historicamente, emocional e psicologicamente partícipe da cultura e dos hábitos de uma sociedade, o povo, a herança cultural que formam os diversos estados de espírito, o movimento e a postura do corpo, suas experiências, as memórias afetivas e às consequentes sensações do indivíduo que vive ali, aqui ou lá.

As forças e as motivações fazem parte do enlace dessa formação sobreposta de culturas, que muitas vezes compartilham as paisagens e o ambiente geográfico. Em alguns casos como as sociedades tribais, o território da natureza é preservado por hábitos culturais, mantendo uma relação de coexistência e não exploratória.

Com o passar dos contextos históricos, as fronteiras continuavam a cicatrizar a superfície da terra, transpondo os marcos geográficos, aprofundando o poder e a influência nos territórios para além dos “limes, paliçadas e fortificações”. Oliveira (2005), destaca as influências do Império de Augustos na espacialidade do Mediterrâneo, até mesmo quando as fronteiras aparentavam não existir, propondo que os limites fronteiriços sobrevivem em diferentes contextos e instituições, como por exemplo a fronteira entre o Ocidente e o Oriente, da qual reminiscências seguem a exercer impacto sobre o cenário contemporâneo de boa parte da região europeia.

O fluxo histórico das fronteiras se manifesta não apenas na persistência de cisões ideológicas e religiosas, mas também na capacidade de gerar novas fronteiras, refletindo as transformações sociais e culturais ao longo do tempo e as respostas que os povos entregam nos seus movimentos populacionais, força de trabalho e lutas antigas.

Na contemporaneidade, as reflexões do conceito de fronteira, adquirem outras proporções, dimensões espaciais que ultrapassam qualquer limite territorial. O que é físico, de marcos geográficos tradicionais e rígidos, seguem existindo, mas são as fronteiras simbólicas, de valores humanitários e civilizatórios que ganham destaque no presente. Compreender as fronteiras exige um exercício na reflexão geográfica e abordagem de forma abrangente, capaz de incorporar além das demarcações na terra, as finuras culturais e simbólicas pelas quais as relações humanas permeiam em escala global.

Com o advento da globalização em anunciação, leis, valores e decisões políticas emergem em outras proporções na relação econômica. Os limites fronteiriços estabelecem e impõem o exercício da legitimidade, ainda que nem sempre lembrado pelo atributo. Nas viradas históricas, a geopolítica se solidifica demarcando os limites das fronteiras.

O ímpeto expansionista estimulado pelo rápido crescimento populacional e a busca por novos mercados que caracterizava as ações das grandes potências anunciava um regime internacional de estabilização das fronteiras. Fatores novos, como a contração dos espaços ‘vazios’ no globo, multiplicação de punições, neutralização dos estados mais fracos, divisão do mundo em esferas de influência das grandes potências, tenderiam a criar um “equilíbrio”, mesmo que instável, entre as potências (Machado, 2002, p.6,7).

As assimetrias que dão vida para as fronteiras chegam à contemporaneidade com especificidades geográficas voltadas para a escala local e global. Os diversos tipos

de fronteira fazem com que o mundo também se padronize para os cruces entre uma nação e outra, o que não substitui a força da localidade, da existência local, do cotidiano histórico-cultural, pertencente as inúmeras paisagens que levam sentido as mais diversas e complexas relações humanas fronteiriças. Inclui-se na análise os aspectos nem sempre lícitos dessas relações, que por força do poder econômico tem-se nas fronteiras o palco protagonizante dessa influência.

As facilidades induzidas pela dinâmica das articulações econômicas livre de regulação terminam igualmente abrindo frechas para penetração e efetivação de atividades nocivas de toda espécie, (narcotráfico, corrupção, contrabando, descaminhos, contravenção, lavagem de dinheiro, etc.), tanto em pequena escala, exercidas por pessoas comuns, independentemente de classe social, como até por grupos articulados em redes transnacionais. Todavia, tal fato não é uma exclusividade da região de fronteira (Oliveira, 2015, p.242).

Apesar das ilicitudes, Oliveira (2015), alerta para uma análise desse meio geográfico de modo a não incorporar os vícios comumente apresentados pela mídia e canais de comunicação, pois os caminhos da ilegalidade não são exclusivos das fronteiras. Portanto, as fronteiras requerem uma análise tanto no âmbito geral quanto no específico, considerando seus variados sistemas, suas tipologias, espacialidades, juridicidade, formas, estruturas e funções.

Faz-se necessário o cuidado com essa análise, para que o potencial integrativo e as condições de contribuição se complementem entre a diversidade que habita o meio geográfico da fronteira. Esse potencial é legitimado pelos povos que vivem, por exemplo, nas cidades-gêmeas, onde apesar dos desafios explícitos e das diferenças de desenvolvimento econômico e social, logram elaborar uma condição de vivência colaborativa onde ambas as cidades usufruem da dinâmica fronteiriça.

As dinâmicas envolvem fatores como trabalho, educação, saúde, fluxos de capital, segurança e até mesmo as interações da fé, motivadas por igrejas ou templos religiosos que cumprem papel comunitário na região. São inúmeras as motivações e interações na fronteira.

Considerando a extensão continental da fronteira brasileira com a América do Sul por exemplo, é importante observar que as cidades-gêmeas ao redor do mundo, se diferem, a depender de suas relações e motivações históricas. Apesar dos conflitos e guerras comumente noticiados em outras regiões de fronteira ao redor do planeta, no Brasil os exemplos se inclinam para outras razões de convívio e interação na fronteira.

Machado (2005) apresenta algumas diversidades tipológicas nessas convergentes relações entre as cidades-gêmeas, onde o específico é central para caracterizar as diferentes interações existentes nas cidades brasileiras que fronteirizam com a América do Sul.

As propostas tipológicas apresentadas por Lia Osório Machado, são: a) margem; b) zonas-tampão; c) frentes d) capilar; e) sináptico. Nas zonas de fronteiras brasileira, apenas as três últimas tipologias podem ser encontradas, no entanto nem todas possuem condições preponderantes nas relações de fluxos relevantes a ponto de interagir ou protagonizar as frentes de desenvolvimento econômico e social.

No modelo sinapse as trocas entre as aglomerações urbanas são intensas e ativamente apoiadas pelos Estados contíguos (infra-estrutura de articulação; mecanismos de apoio e regulamentação ao comércio), sendo mais visível que no tipo capilar a justaposição de fluxos comerciais internacionais e interurbanos. Ao longo da fronteira brasileira existem vários casos de cidades-gêmeas que podem ser assim caracterizadas, sendo o mais famoso a Tríplice fronteira formada por Foz do Iguaçu no Brasil, Ciudad del Este no Paraguai e Puerto Iguazú na Argentina (Machado, 2005, p.24).

As diferenças tipológicas entre capilar e sinóptico exposta pela autora se dá por não possuir o patrocínio governamental das infraestruturas, fazendo com que os movimentos de inter-relações sejam mais espontâneos, diferentemente do modelo sinapse, onde além das intensas e ativas trocas relacionais, ainda sublimam o incentivo constante do Estado.

A partir dessa breve abordagem conceitual sobre fronteira, o próximo capítulo irá tratar do Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Mato Grosso do Sul-PDIF/MS. Busca-se compreender o papel desta política pública no processo de desenvolvimento da Faixa de fronteira do estado.

O Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Mato Grosso do Sul-PDIF/MS na sua perspectiva econômica

As discussões entorno da temática fronteira conquistaram espaços de suma importância no debate estratégico de desenvolvimento social e humano, devido a sua relevância na qualidade de vida real das populações fronteiriças. Considerando as diversas tipologias e arranjos caracterizantes das fronteiras, nota-se com destaque ao menos dois atributos; integração e desenvolvimento.

No Mato Grosso do Sul, sua fronteira possui alta porosidade em seus fluxos de interação entre as nações vizinhas. Seus aspectos populacionais registram baixa

distribuição demográfica e limitados equipamentos sociopolíticos, pois a própria presença de órgãos estatais e estruturas de governo não abrangem em sua totalidade os espaços fronteiriços dessa região do Brasil.

A fronteira de Mato Grosso do Sul exerce importante influência no contexto cultural e econômico do estado. Fora os meios de evidência que caracterizam a fronteira Sul mato-grossense, é a baixa densidade populacional e a forte presença da natureza que caracterizam a sua paisagem, porém revela a imensa região de fronteira sem a presença dos agentes públicos para fins de soberania e atuação no desenvolvimento regional e local.

Para tanto quanto, as estratégias e os esforços políticos do país, tem produzido planos e projetos que resultam em diagnósticos, estudos, pesquisas e dados que servem como base para a sedimentação subsequente dos avanços socioeconômicos das fronteiras brasileiras.

O Plano de Desenvolvimento e Integração da Fronteira de Mato Grosso do Sul abrange todo o território fronteiriço do estado, seguindo o rigor legislativo brasileiro que estabelece o critério de 150 km do limite internacional da fronteira para dentro do seu território. O plano foi elaborado a partir dos resultados obtidos pelo conjunto de investigações e esforços de grupos de trabalhos inter-federativo, aliados a entidades governamentais, não governamentais, gestores municipais e estaduais, realizados pelo Ministério da Integração nacional no ano de 2009, cuja publicação culminou no ano de 2012.

Além de fortalecer a produção técnico científica do tema fronteiriço brasileiro, o trabalho visa diminuir os espaços de pobreza e desigualdades na região de fronteira de Mato Grosso do Sul com os países Paraguai e Bolívia, abrindo caminhos para uma economia regional de maior vigor sustentável, com ações permanentes em conjunto com os países vizinhos a Mato Grosso do Sul, tendo como alvo, o fortalecimento econômico da região junto ao tecido social formado por atores públicos e privados.

O documento faz parte dos desdobramentos de um esforço multi setorial do governo estadual de Mato Grosso do Sul e do governo Federal, que compõe o PDR -MS 2030, tratando-se do Plano de Desenvolvimento Regional de Mato Grosso do Sul. O trabalho gerou dados que alimentaram as ações propostas pelos documentos estatais, sendo realizadas pesquisas fronteiriças na região que comporão os objetivos de desenvolvimento sustentável na fronteira Sul Mato-Grossense.

Por viver sob as relações histórico-cultural com Paraguai e Bolívia, Mato Grosso do Sul caminha para solidificar uma estratégia de desenvolvimento dessa região, em especial. Os municípios de fronteira fazem de Mato Grosso Sul rota e ponto de conexão para as diversas direções do imenso território brasileiro, igualmente seus caminhos também se enlaçam em direção ao continente sul americano, com forte integração natural de seus rios em direção a América Platina.

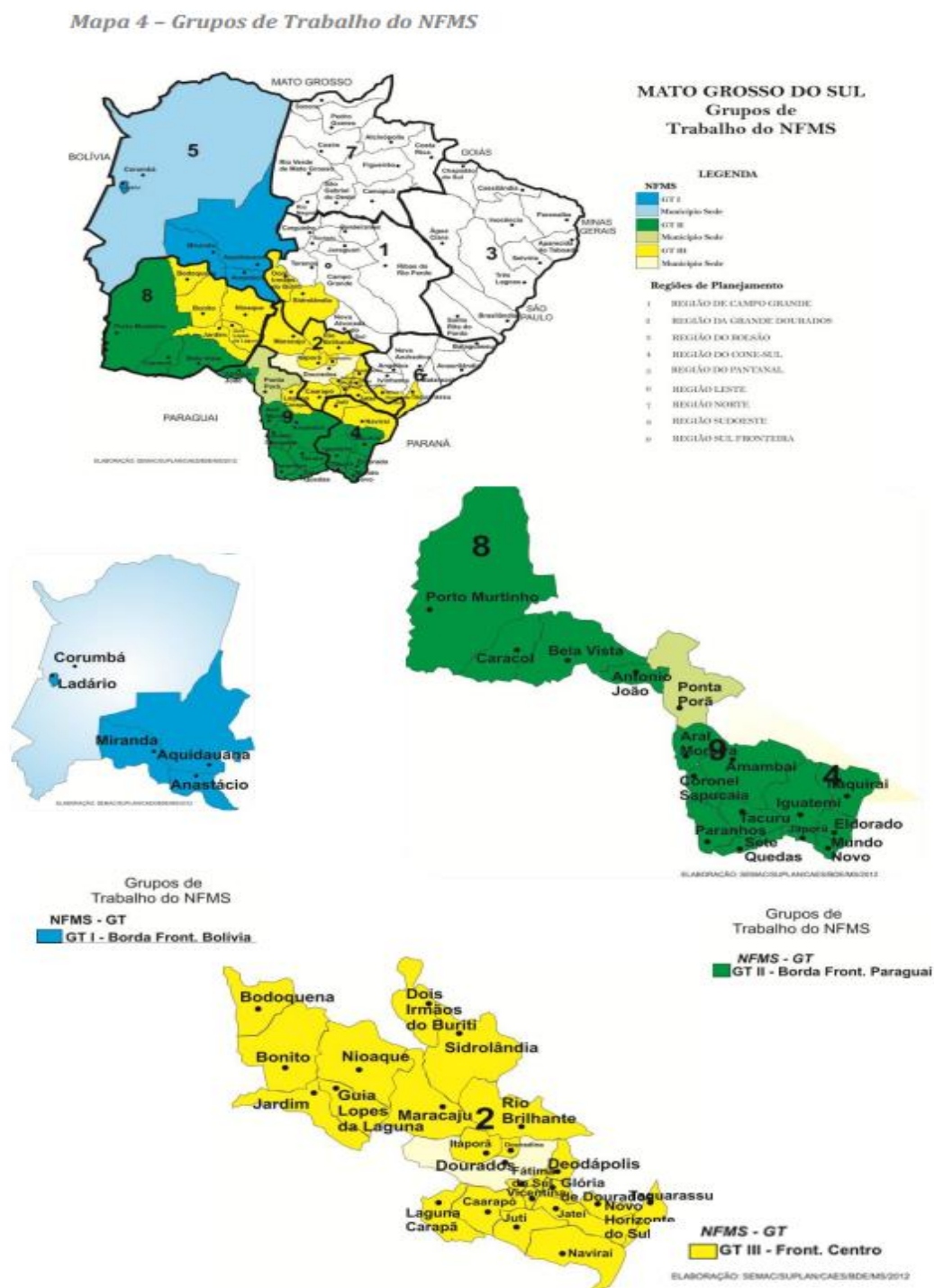
A partir do território Sul Mato-grossense é possível transpor os limites estaduais de cinco entes federados do Brasil: a sul Paraná, a sudeste e leste o estado de São Paulo, a leste o estado de Minas Gerais, a nordeste Goiás e a norte o estado de Mato Grosso. Bolívia e Paraguai localizam-se no lado ocidental de Mato Grosso do Sul.

Uma das estratégias para arrancar com o processo de desenvolvimento da região, está ligado as prioridades do governo federal que inova ao mirar e organizar o território fronteiriço em sub-regiões. Segundo o documento, formula-se:

A grande inovação desta política refere-se à abordagem dirigida a espaços sub-regionais, buscando a dinamização econômica, o fornecimento de infraestrutura de transportes e logística, fomentando as áreas social e produtiva, bem como a melhoria nas condições de cidadania, envolvendo o fortalecimento dos atores locais e o aproveitamento das peculiaridades da organização social e das características produtivas locais (PDIFF, 2012, p.5).

Os objetivos gerais que angulam o desenvolvimento do PDIFF, como tática do êxito fronteiriço em Mato Grosso do Sul, se ancoram em uma regionalização espacial organizada em três espaços territoriais; Borda Fronteira Bolívia, Borda Fronteira Paraguai e a Fronteira Centro, sendo o centro, o conjunto de municípios que estão próximos da linha de fronteira, mas que não fazem parte dos limites internacionais da fronteira, como mostra a figura 1.

Figura 01: Grupos de Trabalho do NFMS



Fonte: PDIFF (2012, p.25).

Essa regionalização tem como municípios sede, as cidades de Corumbá e Ponta Porã, respectivas as fronteiras com os países citados e a cidade de Dourados como sede da Fronteira Centro. Esses dados atuam como fonte de informação estratégica para integrar os eixos de maior relevância para o desenvolvimento da fronteira, contemplando a saúde, a segurança, a questão ambiental, educação, infraestrutura e logística, aduanas integradas e o eixo de desenvolvimento econômico, a tônica deste estudo.

De uma forma mais ampla, os dados coletados pelo documento celebram a propulsão do fomento da produção sustentável e integrada da região através da implantação de diversas atividades, como os APL's (Arranjos Produtivos Locais) e em especial a instalação dos órgãos institucionais do estado. É importante considerar que o Estado enquanto detentor dos processos e das forças que amparam as atividades econômicas, busca a diversificação das práticas produtivas através da aproximação de instituições estatais, bem como sua validação no processo de financiamento do movimento econômico da região.

Com a presença diversa das forças do Estado, as possibilidades de integrar as ações institucionais ganham potência para atuarem em variadas escalas no território fronteiriço e conseqüentemente no ambiente de incentivos, incluindo o financiamento e suporte econômico que está sedimentado através da visão de futuro que o documento deseja para o Mato Grosso do Sul, sendo, “Tornar a fronteira de Mato Grosso do Sul integrada nacional e internacionalmente, com cidadania plena e qualidade de vida, econômico, institucional e sócio ambientalmente sustentável” (PDIFF, 2012, p. 56).

Por carecer de instituições públicas com influência no cotidiano da sociedade, a implementação da mesma se torna uma importante tática de presença territorial e atuação da cidadania das pessoas dessa região.

Os órgãos públicos uma vez instalados, podem contribuir com o fomento econômico, não somente pela injeção direta dos salários e financiamentos das estruturas de poder aos servidores, mas também com a presença dos serviços básicos que levam cidadania aos moradores e que também fortaleçam a região em sua capacidade de resiliência e inovação econômica. Uma das células que garantem a soberania dos povos sob um determinado território está na capacidade do ente federado em desenvolver a presença de órgãos e instituições que integrem ao território da região a força de absorver as demandas e necessidades de qualquer que seja a comunidade fronteiriça.

Em Mato Grosso do Sul, os fragmentos históricos que remanesceram em seu processo de espacialização demandam aos serviços públicos, questões de difícil análise e ainda mais desafiadora ao considerar sua resolução, como por exemplo, a produtividade das terras em territórios indígenas, ou ainda, a compra crescente de terras por brasileiros e grupos empresariais em território paraguaio.

Os limites fronteiriços oferecidos por conjunturas institucionais que intermediam o desenrolar humano nas espacialidades dessa fronteira, devem servir as fundamentais garantias de vivência, baseado nos direitos humanos, nas metas do milênio e demais convenções destinadas ao desenvolvimento humano (PDIFF, 2012). Ainda nos dias atuais, garantir ambiente favorável para as mais diversas atividades econômicas, sejam elas rurais ou urbanas, significa um avanço histórico na solidificação tanto do estado enquanto ente federado como cultural e identitário para Mato Grosso do Sul e seu habitantes.

Observa-se com a estratégia do estado, ao regionalizar o espaço de fronteira de Mato Grosso do Sul, uma espécie de criação automática de tarefas e deveres, convergindo para as cidades sedes a responsabilidade e a centralidade difusoras do progresso desejado e das conquistas espacialmente tecidas sob seus territórios de domínio e influência. Neste sentido a figura 2 a seguir, apresenta as potencialidades produtivas da faixa de fronteira de Mato Grosso do Sul

FIGURA 2: Potencialidades produtivas dos municípios de fronteira de Mato Grosso do Sul: borda fronteira Brasil/Bolívia

POTENCIALIDADES PRODUTIVAS DA REGIÃO	MUNICÍPIOS	POTENCIALIDADES PRODUTIVAS DOS MUNICÍPIOS
Turismo, Agroindústria, Siderurgia, Pecuária de Corte, Mineração.	Anastácio	Pecuária Bovina, Turismo e Agroindústria.
	Aquidauana	Pecuária Bovina, Turismo, Indústria Siderúrgica e Agroindústria.
	*Corumbá	Pecuária Bovina, Agroindústria, Turismo de eventos, de pesca, contemplativo e ecoturismo, Mineração, Porto de Corumbá, Siderúrgicas direcionadas ao Minério de Ferro, Manganês e Calcário.
	Ladário	Base da Marinha, Porto de Ladário e Mineração
	Miranda	Pecuária Bovina, Agricultura (arroz irrigado), Turismo Contemplativo e Ecoturismo

Fonte: PDIFF (2012, p.29).

A região pantaneira compartilha da fronteira múltiplas características culturais e econômicas. Apesar de baixa densidade populacional, é nesta região que se encontram as maiores relações de preservação ambiental do estado de Mato Grosso do

Sul é uma das maiores do Brasil, pois o complexo pantaneiro ainda possui uma preservação original de 80% (ICMBio, 2024). Parte significativa dessa preservação está associada aos ciclos que a natureza impõe para os períodos de enchentes e secas no pantanal.

O PDIF (2012), organiza as cidades dessa região apontando as atividades econômicas existentes, mas não aborda e nem explora o debate entorno das importantes marcas deixadas por atividades econômicas no Pantanal, que degradam a natureza e não promovem o desenvolvimento social e de infraestrutura esperado para a região.

Com os avanços técnicos do sensoriamento remoto e as geotecnologias, é possível monitorar e analisar com grande acurácia os efeitos da exploração econômica na região. A depender do tipo de atividade, os efeitos podem ser profundos e danosos, como por exemplo, a prática de queimadas que se transformam em incêndios e a mineração que descaracteriza as paisagens e frequentemente polui os mananciais.

A diversificação da economia é importante para o desenvolvimento da região de fronteira, porém deve-se considerar a existência dos biomas Pantanal, Cerrado e Mata Atlântica como cenário desse avanço social e econômico pela fronteira, sendo importante equilibrar as atividades econômicas de grandes impactos, transicionando para atividades que não somente tenham baixos impacto na natureza, mas que tenham altos ganhos de proteção, ampliação e preservação dos biomas sul mato-grossenses.

Das atividades econômicas apresentadas pelo PDIF referente a região de fronteira dos municípios pantaneiros, destaca-se a vocação natural para o turismo contemplativo e outras ramificações que não degradam a natureza (Lamoso, 2018). O pantanal é um bioma que além da rica fauna e flora, possui uma significativa reserva de minério de manganês, elemento mineral fundamental para a produção de ferro. Essa exploração mineral é historicamente considerada como uma atividade econômica elementar para a região, devido ao seu alto valor de exportação. No entanto sua atividade extrativista estabelece pouco legado social, estrutural e econômico para a população local.

Para compreender os impactos dessa prática econômica nos dias atuais, é possível através do sensoriamento remoto, identificar e mensurar as áreas exploradas pela mineração que já se aproximam da conurbação urbana de Corumbá e Ladário. Para além de suas relações de trabalho e emprego, percebe-se o pouco beneficiamento da matéria prima retirada do solo pantaneiro, agregando pouco valor ao minério e

marcando cisões geológicas irreparáveis na paisagem e no espaço natural das formações geomorfológicas da região (Lamoso, 2018).

O desenvolvimento sugerido pelo PDIFF, integra as atividades econômicas já existentes na região, mas também alerta para a modernização e aprimoramento dos serviços econômicos produzidos na fronteira. Como Mato Grosso do Sul é signatário dos objetivos do milênio, as políticas públicas adotadas pelo estado objetivam em perseguir o ODS 2030 e aprimorar os compromissos pactuados por Mato Grosso do Sul consigo e com a comunidade internacional.

Ainda que sua interação e relação seja de profunda intensidade com a fauna e flora local, ressalta-se a importância de interferir o mínimo possível no bioma, seja pelo volume de turistas internacionais que conhecem as fazendas, seja com o turismo de pesca ou festivais de cultura já estabelecidos nesta região.

O projeto atual de maior envergadura de Mato Grosso do Sul é a Rota Bioceânica, ela se desdobra naturalmente ao considerar a força e função proporcionada pela capacidade de integração e fluxo produzidas pelo espaço fronteiriço. Segundo o PDIFF (2012), as potencialidades do estado baseiam-se em uma diversificação aliada a tecnologias e práticas que se comprometam com a sustentabilidade dos ambientes utilizados para empreender as diversas atividades econômicas propostas. A figura 03 apresenta as potencialidades da Borda Brasil/Paraguai.

FIGURA 02: Potencialidades produtivas dos municípios de fronteira de Mato Grosso do Sul: borda fronteira Brasil/Paraguai

POTENCIALIDADES PRODUTIVAS DA REGIÃO	MUNICÍPIOS	POTENCIALIDADES PRODUTIVAS DOS MUNICÍPIOS
Pecuária de Corte, Agroindústria, Mineração, Turismo	Porto Murtinho	Pecuária Bovina, Agroindústria, Mineração, Turismo e Atividade portuária.
	Caracol	Pecuária Bovina e Agroindústria
	Bela Vista	Pecuária Bovina, Agricultura (milho e soja), Minério e Turismo.
Pecuária de Corte, Erva Mate, Agroindústria, Agricultura	Antonio João	Pecuária Bovina, Agricultura, Erva Mate (milho e soja).
	*Ponta Porã	Pecuária Bovina, Avicultura, Turismo de Compras, Erva Mate, Agricultura (soja, milho e trigo) e Agroindústria
	Coronel Sapucaia	Pecuária Bovina e Agricultura (soja, milho e mandioca)
	Paranhos	Pecuária Bovina, Indústria Moveleira e Agricultura (mandioca e milho)
	Sete Quedas	Pecuária Bovina e Agricultura (milho, soja e mandioca).
	Tacuru	Pecuária Bovina, Agricultura (milho, soja e mandioca) e Agroindústria.
	Amambai	Pecuária Bovina, Avicultura, Suinocultura, Erva Mate, Agricultura (soja, milho e mandioca), Mel de Abelha e Agroindústria.
	Aral Moreira	Pecuária Bovina, Erva Mate, Agricultura (soja, milho e trigo) e Mel de Abelha.
Pecuária de Corte, Indústria moveleira, Piscicultura, Agroindústria, Agricultura Familiar	Japorã	Bicho da Seda (casulo), Produção de mel, Avicultura (mista - postura e corte na agricultura familiar) e Suinocultura de subsistência na agricultura familiar.
	Mundo Novo	Piscicultura, Indústria moveleira e Confeção
	Eldorado	Pecuária Bovina, Produção de Leite, Fruticultura (melancia) e Indústria moveleira.
	Iguatemi	Pecuária Bovina, Produção de Leite, Silvicultura (eucalipto), Agricultura (cana-de-açúcar) e Agroindústria.
	Itaquiraí	Pecuária Bovina, Avicultura, Bicho da Seda (Casulos) e Agricultura (cana-de-açúcar, soja, milho e mandioca)

Fonte: PDIFF (2012, p.29).

O ganho de qualidade de vida baseado nos direitos humanos é um grande desafio para Mato Grosso do Sul, pois trata-se do estado enquanto interventor direto no dia a dia dessas populações. Ressalta-se que o estado sul mato grossense ainda segue sob inseguranças jurídicas e de soberania em relação à segurança, acesso e permanência pela terra, em especial os territórios indígenas, mais especificamente os territórios da fronteira sul do estado, regionalizado no PDIFF como Borda Fronteira Brasil/Paraguai.

As condicionantes governamentais que moldam as ações no território sul mato-grossense tendem a se alinhar as pressões internacionais pelas resoluções específicas referentes a garantia de qualidade de vida para os primeiros habitantes do estado, ao mesmo tempo que se desdobram as oportunidades de desenvolvimento na região, provocadas pela diversificação de suas bases produtivas, sejam pelo uso planejado da

produtividade proporcionada pela terra ou pelos novos modelos técnicos, científicos e mecânicos da modernização do campo (Silva, 2018).

Outro destaque referente ao desenvolvimento econômico da região, está nos setores comerciais, diversificado por pequenas indústrias do setor de confecção e bordados, que garantem alguma relação com os centros mais dinâmicos do Brasil, como os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, mais a consequente relação com as cidades dos países vizinhas. Segundo documento estatal, afirma-se:

Nas pequenas e médias cidades da área de estudo, o número de lojas acopladas à 'indústria' de confecções ou de bordados, de aplicação de detalhes a roupas já confeccionadas é significativo, embora não capitados pelas estatísticas oficiais do setor industrial. Em Dourados, Ponta Porã, Amambaí, em Pedro Juan Caballero (Paraguai), Naviraí, Maracaju, tais empreendimentos são comuns. Os donos das lojas fazem seus contatos/contratos no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Oeste Paulista, em Curitiba, Cianorte ou Umuarama no Paraná, criando verdadeiras redes funcionais (PRPDFF, 2005, p.237).

Um dos argumentos justificados pelo PDIF (2012), para a exposição do tema fronteira, é relacionado ao atual momento da organização civilizatória do mundo frente a perspectiva de crescimento socioeconômico. Em sua abordagem, o conceito de globalização como “fenômeno de integração global” é descrito como uma possibilidade do desenvolvimento social dos territórios, no entanto, basta considerar o papel estatal de Estados Unidos e China na econômica global para notar que a integração da globalização é majoritariamente financeira, onde compartilham-se os desafios da produtividade e sua comercialização no mercado exterior, mas deixa o ônus do manejo ambiental e os desafios do desenvolvimento social para os lugares e povoados de regiões que em sua grande maioria, não possuem a estrutura necessária para atuar na elaboração de soluções ou práticas que garantam o desenvolvimento econômico e sobretudo a garantia do desenvolvimento humano e econômico para os povos que habitam a fronteira. Na próxima figura (03) são apresentadas as potencialidades da Borda Fronteira Central.

FIGURA 03: Potencialidades produtivas dos municípios de fronteira de Mato Grosso do Sul: borda fronteira Central

POTENCIALIDADES PRODUTIVAS DA REGIÃO	MUNICÍPIOS	POTENCIALIDADES PRODUTIVAS DOS MUNICÍPIOS
Pecuária de Corte, Agroindústria, Mineração, Turismo	Bonito	Turismos contemplativo e de eventos, Pecuária, Agricultura e Mineração.
	Nioaque	Pecuária Bovina, Agroindústria, Mineração e Turismo.
	*Jardim	Pecuária Bovina, Comércio, Turismo e Mineração.
	Guia Lopes da Laguna	Pecuária Bovina, Agroindústria e Cerâmica.
	Bodoquena	Pecuária Bovina, Minério, Indústria e Turismo
Indústria, Agroindústria, Serviços, Hortifrutigranjeiro, Agricultura, Silvicultura, Pecuária de Corte, Pecuária de Leite, Turismo de Eventos	Dois Irmãos do Buriti	Pecuária Bovina, Avicultura e Agroindústria
	Sidrolândia	Pecuária Bovina, Produção de leite, Avicultura, Bicho-da-Seda (Casulo), Agricultura (soja, milho e cana-de-açúcar), Agroindústria e Indústria.
Agroindústria, Serviços, Piscicultura, Turismo, Indústria, Pecuária de Leite, Pecuária de Corte, Agricultura.	Maracaju	Pecuária Bovina, Suinocultura, Avicultura, Turismo de eventos, Agricultura (cana-de-açúcar, soja, milho) e Agroindústria.
	Rio Brilhante	Pecuária Bovina, Produção de Leite, Avicultura, Suinocultura, Mel de Abelha, Agricultura (cana-de-açúcar, soja, milho, amoz e trigo) e Agroindústria.
	Itaporã	Avicultura e Suinocultura, Piscicultura, Cinturão Verde (hortifrutigranjeiro) e Agricultura (soja, milho e arroz).
	Douradina	Avicultura e suinocultura, Cinturão Verde (hortifruticultura) e Agricultura (soja e milho).
	*Dourados	Pecuária Bovina, Produção de Leite, Avicultura, suinocultura, Agricultura (soja, milho, cana-de-açúcar), Cinturão Verde (hortifrutigranjeiro), Mel de Abelha, Agroindústria, Serviços e Comércio.
	Caarapó	Pecuária Bovina, Avicultura, suinocultura, Agricultura (soja, milho, cana-de-açúcar) e Agroindústria.
	Deodápolis	Produção de leite, Bicho da Seda (casulo), Avicultura e Suinocultura e Agricultura (soja e milho).
	Vicentina	Suinocultura e Avicultura, Agricultura (cana-de-açúcar) e Turismo Religioso e Agroindústria
	Jateí	Pecuária Bovina, Suinocultura, Avicultura, Produção de Leite, Agricultura (soja e milho) e Agroindústria.
	Fátima do Sul	Avicultura, Suinocultura e Agroindústria.
Pecuária de Corte, Indústria moveleira, Piscicultura, Agroindústria, Agricultura Familiar	Gloria de Dourados	Avicultura e Suinocultura, Produção de Leite, Bicho da Seda (casulo) e Mel de Abelha.
	Juti	Avicultura e Suinocultura
Agroindústria, Agricultura, Silvicultura, Agricultura Familiar, Pecuária de Corte.	*Naviraí	Pecuária Bovina, Suinocultura, Mel de Abelha, Agricultura (cana-de-açúcar, soja e milho), Agroindústria e Indústria.
	Taquarussu	Pecuária Bovina e Agricultura (cana-de-açúcar, soja e milho)
	Novo Horizonte do Sul	Pecuária Bovina, Bicho da Seda (casulo) e Agricultura (mandioca)
	Laguna Carapã	Agricultura (soja, milho e trigo), Avicultura, Suinocultura e Agroindústria

Fonte: PDIFF (2012, p. 30).

Sendo a cidade de Dourados a sede da regionalização fronteira centro, os desafios e complexidades envolvidas na região são outros, pois a região já é detentora de relevantes índices de desenvolvimento econômico, diversidade em sua matriz de serviços, constante crescimento na urbanização e serviços da construção civil, considerável cadeia na indústria de transformação e sede de importantes centros de educação e pesquisa. No entanto, mesmo sendo apresentado pelo PDIF (2012) uma variedade de setores em pleno desenvolvimento econômico, são os conflitos pela terra e a negação de infraestrutura e cidadania que marcam a região por condicionar aos habitantes originais da região um legado de pobreza e miséria. Ainda que populoso e diverso, são as aldeias indígenas da região que protagonizam a distância social existente na região. Algumas aldeias são tão precárias que sequer saneamento básico existe, no passo que ao cruzar uma rodovia, toda uma infraestrutura e prestígios são dedicadas a condomínios de luxo, que compartilham da mesma paisagem o contraste social existente na região.

A questão da dignidade indígena em Mato Grosso do Sul é um dos mais explícitos desafios que a governança local possui em sua hierarquia de prioridades. Por toda a fronteira do Estado a presença indígena é marcante, algumas comunidades não vivenciam o conflito pela terra, mas precisam enfrentar outros desafios, como por exemplo, a pressão do turismo de pesca em território pantaneiro, como a região de Guató, outros com a aproximação do turismo rural e o avanço da produtividade agrícola, como é o caso do Território Kadiwéu, na região do Miranda, sendo esse o maior território indígena demarcado em Mato Grosso do Sul (Silva, 2004). A situação mais grave continua sendo as terras indígenas da região sul do estado, próximo à cidade de Dourados, frequentemente lembrada a nível nacional e internacional por causa das condições precárias vividas por muitos indígenas da região.

FIGURA 04 – Desenvolvimento econômico na fronteira de Mato Grosso do Sul

Eixo 5. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
Agricultura/Pecuária	Ampliar, diversificar e agregar valores a base Produtiva da Região
Turismo	Expandir o ecoturismo buscando novos conhecimentos e integração cultural com infraestrutura e melhoria dos serviços; Estruturar e sinalizar as rotas turísticas, montando uma estrutura de Marketing para atrair novos empreendimentos; Fortalecer os Fóruns Regionais de Turismo na Faixa de Fronteira e suas Regiões Turísticas
Indústria	Criar incentivos diferenciados para atrair Indústrias na Faixa de Fronteira
Comércio	Simplificar e agilizar a formalização de empreendimentos comerciais na Faixa de Fronteira. Incentivar a criação de centros comerciais e <i>Free Shoppings</i> nas cidades gêmeas
Serviços	
Agricultura/Pecuária	Valor Adicionado Fiscal no setor primário por município (da faixa de fronteira) - PIB/MS
Turismo	Taxa de Crescimento de Tráfego Doméstico – Linhas Regulares Nacionais/ Tráfego por Origem e Destino (a ser construído)
Indústria	Valor Adicionado Fiscal no setor secundário por município (da faixa de fronteira) - PIB/MS
Comércio	Valor Adicionado Fiscal no setor terciário por município (da faixa de fronteira) - PIB/MS
Serviços	Valor Adicionado Fiscal no setor terciário por município (da faixa de fronteira) - PIB/MS

Fonte: PDIFF (2012, p.56).

Para vigorar as estratégias desenvolvidas pelo estado e suas normas constitutivas, ressalta-se os processos de pertencimento em marcha em Mato Grosso do Sul. O PDIF (2012), destinou para as ações pragmáticas de seus objetivos as seguintes legendas para identificar as ações exercidas nas fronteiras: P de proposto, E de em andamento e A para a realizar. No entanto a letra R aparece em diversas tabelas,

mas não existe no documento qualquer referência para seu significado, abrindo espaços para inconsistências na interpretação da mesma. Como exemplo segue tabela.

FIGURA 05: Ações ligadas ao desenvolvimento econômico da Fronteira

EIXO 5: Desenvolvimento Econômico (Agricultura, Turismo, Indústria, Comércio e Serviços)

Ação	Municípios	Responsável Quem	Meta Produto	Parceiros	Observações	Situação
Resfriadores de leite para agricultura familiar	Dourados	Dep. Agricultura		Prefeitura Municipal		P
Mini Usina de leite / Marca leite, iogurte, comercialização no Município.	Dourados	Dep. Agricultura		Prefeitura Municipal		P
Ampliar a distribuição dos produtos do PAA	Dourados	Dep. Agricultura		AGRAER, INCRA e Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário.	Para atender maior número de pessoas beneficiadas e pequenos produtores - em 2011: 9 mil/ano em 2013: 20 mil/ano	P-A
Integrar em projetos agroindustriais os assentamentos rurais	Dourados					P
Melhorar a moradia dos assentados rurais	Dourados					P
Ampliar o atendimento agrícola indígena	Dourados	Dep. Agricultura		FUNAI		P-A
Ampliação do setor de piscicultura e apicultura	Dourados			Prefeitura Municipal		P - R - A
Ampliação da capacidade de abate de aves nos frigoríficos locais	Dourados			Prefeitura Municipal		P - R - A
Implantação de frigoríficos de peixes	Dourados			Prefeitura Municipal		P - R - A
Ampliação de produção dos horticultores	Dourados					P
Acesso a crédito para agricultura familiar	Dourados					P
Fortalecimento agricultura orgânica.	Dourados			Prefeitura Municipal		P
Assistência técnica rural. Veterinária/Agrônomo.	Dourados					P - R - A
Planejamento e organização do pequeno produtor para atender o mercado.	Dourados					P

Fonte: PDIFF (2012, p. 133).

Ao considerar as análises das tabelas e eixos existentes dentro do PDIF (2012), constata-se avanços consideráveis na execução e implementação das estratégias do estado, com destaque para os incentivos e acompanhamento das atividades ligadas ao campo e uso da terra.

Por fim, o documento é abrangente e com forte estruturação, pois aborda diversos eixos de suma relevância para o território sul mato-grossense de forma integrada. A sua abordagem específica das necessidades locais da fronteira de Mato Grosso do Sul, emerge importante robustez no que diz respeito ao planejamento territorial da região, servindo inclusive como modelo para outras regiões da América do Sul, pois desenha para Mato Grosso do Sul referência na integração e planejamento de fronteira, focando no desenvolvimento social e a consequente progressividade do

crescimento econômico, proteção do ambiente natural e a perseguição para a conclusão das metas e dos objetivos do milênio. Apesar disso, é fundamental a atualização deste estudo, tendo em vista que sua elaboração foi realizada há mais de uma década.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fronteira é ruptura de limites, é a transcendência dos lugares entre as paisagens compartilhadas, é a geografia espacializada pelo habitante local no mundo e seus fios internacionais. O conceito é apoiado por seu encontro na história com as referências que germinam seu conceito. Em todos os continentes, em todas as culturas o limite e a fronteira atuam de algum modo, de algum jeito.

Seja violado pela invasão, suas conseqüentes e trágicas barbáries, seja pela cerca, pelo morro ou pelo leito do rio, as fronteiras exercem essa mística entre as culturas e as nações, aproximando e distanciando, integrando e separando os sonhadores e exploradores. Considera-se o legado cultural do sagrado, presente e importante nas culturas que a possuem desde os primórdios da civilização humana.

Algumas resoluções em meio a tantas urgências, ganham destaque e são necessárias para o desenvolvimento econômico e social em Mato Grosso do Sul. A fronteira é o ponto de partida histórico e cultural do estado. A identidade que se descobre é formada pelos povos da fronteira e seus fluxos continentais da América do Sul. Sua localização indígena, platina e latina tem sido alterada pelas atuais conseqüências do modelo econômico vigente. Onde se mapeiam caminhos de um estado forte e presente, “rico e desenvolvido”, está ali o bem estar social, que é um desafio para os governos e estruturas que coordenam ou condenam as relações sociais possíveis entre as diferentes posições sociais do desenvolvimento econômico.

Assim, Mato Grosso do Sul dispõe de um amplo projeto estratégico de desenvolvimento territorial, com agendas que envolvem o bem estar social, o desenvolvimento econômico equânime e integrado para suas fronteiras, cujo comprometimento pragmático dos entes políticos é imprescindível para o sucesso do programa e a resoluta qualidade de vida desejada pelos moradores da fronteira sul mato grossense. A sociedade igualmente é participante, sendo os principais

personagens a serem afetados pelas consequências políticas e estratégicas do governo, sejam elas municipais, estaduais ou federais.

Apesar de abrangente, o documento estadual necessita de atualizações, principalmente nos sensores de instrumentação de análises dos dados coletados e produzidos. Considerando o ano de 2024 como análise do documento, passaram-se 12 anos desde a elaboração dos dados fronteirços, exigindo correções em algumas legendas e tabelas, além de aperfeiçoamentos nos dados.

O estado ainda enfrenta desafios na ordem do conflito no campo. A constatação importa, pois Mato Grosso do Sul possui diversas agendas compromissadas com a qualidade de vida dos povos que a mais tempo habitam essas terras. Sua concepção é abordada e destacada no documento como um dos grandes desafios a serem solucionados. Infelizmente não é raro encontrar facilitadas notícias informando conflitos pela terra no estado quase sempre perdendo os povos indígenas.

Neste sentido, a educação é a grande propulsora do fomento e do conhecimento humano, por isso as políticas estratégicas que desejam o desenvolvimento econômico, obrigatoriamente tem por desejar a educação e seu investimento em pesquisa e ciência. A liberdade para pensar é fundamental no encontro das resoluções programáticas das políticas públicas estabelecidas e em processo de desenvolvimento das fronteiras, por isso a necessidade de ampliação das políticas integradas e dos planejamentos compostos, participativos, otimamente coordenados e orientados.

Uma fronteira desenvolvida tem como característica a capacidade de interagir com diferenças internacionais, diversidade de culturas e línguas; mas principalmente o de garantir qualidade de vida e desenvolvimento econômico para seus moradores, formando um tecido social de puro valor, de bem estar e garantia de direitos.

REFERÊNCIAS

CATAIA, Márcio Antônio. Fronteiras: territórios em conflitos. **Geografia em questão**, v. 3, n. 1, 2008.

FERRARI, Maristela. As noções de fronteira em geografia. **Perspectiva Geográfica**, v. 9, n. 10, 2014.

GOMES, Ciro Ferreira; UNGER, Roberto Mangabeira. O próximo passo: uma alternativa prática ao neoliberalismo. **(No Title)**, 1996.

ICMBio, 2024. **Sistema de Avaliação do Risco de Extinção da Biodiversidade – SALVE**. Disponível em: <https://https.icmbio.gov.br/>. Acesso em: 23 de ago. De2024.

LAMOSO, Lisandra Pereira. **A Exploração Mineral no Estado de Mato Grosso do Sul–Brasil**. DCH–Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Dourados, 2018.

MACHADO, Lia Osório. Sistemas, fronteiras e território. Rio de Janeiro: **Grupo Retis/UFRJ**, 2002.

MACHADO, Lia Osório. Estado, territorialidade, redes. Cidades-gêmeas na zona de fronteira sul-americana. Continente em chamas. **Globalização e território na América Latina**, v. 1, 2005.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado. Para além das linhas coloridas ou pontilhadas–reflexões para uma tipologia das relações fronteiriças. **Revista da ANPEGE**, v. 11, n. 15, p. 233-256, 2015.

TOMAS, Walfrido Moraes et al. Borda Oeste do Pantanal e Maciço do Urucum em Corumbá, MS: área prioritária para conservação da biodiversidade. 2010.

SILVA, Giovanni José da. **A construção física, social e simbólica da Reserva Indígena Kadiwéu (1899-1984):** memória, identidade e história. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS, Dourados-MS, 2004.

JÚNIOR, Álvaro Banducci Júnior; URQUIZA, Antonio H, A. Povos indígenas e o turismo em mato grosso do sul: Descaso e improviso. **Cadernos do LEME**, v. 4, n. 2, 2012.

SANTOS, Milton. O papel ativo da Geografia. Um manifesto. **Revista Tamoios**, v. 2, n. 1, 2006.

SILVA, Enid Rocha Andrade da Coordenadora. **Agenda 2030: ODS-Metas nacionais dos objetivos de desenvolvimento sustentável**. 2018.

SOUZA, Ellen Simone Alves et al. PANTANAL, FLORA E FAUNA NA SALA DE AULA. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 6, p. 1147-1152, 2023.